

Venezuela em transe



Governo norte-americano afirma que o planejamento prevê três etapas: estabilização, recuperação e transição de poder. Embora o anúncio não revele prazos ou detalhes operacionais, secretário de Estado alega que "não é improvisação"

Plano vago para a Venezuela

» ISABELLA ALMEIDA

O governo dos Estados Unidos afirmou ontem ter um plano de três etapas para a Venezuela, que inclui determinar as decisões do país por prazo indeterminado. Segundo a Casa Branca, Washington mantém "correspondência direta" com as autoridades venezuelanas e seguirá ditando os rumos do governo interino após a captura de Nicolás Maduro. Além disso, os EUA também anunciam esperar que a presidente interina, Delcy Rodríguez, expulse os países assessores de Cuba, Rússia, China e Irã.

"O plano não é improvisação," declarou o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, ao apresentar a estratégia americana, composta por três fases: estabilização, recuperação e transição de poder. "O primeiro passo é a estabilização do país. Não queremos que ele desemboque em caos," frisou. Vago, o anúncio não continha prazos ou qualquer detalhe operacional dos próximos passos.

Rubio explicou apenas que a estabilização inclui uma espécie de "quarentena" da Venezuela no mercado internacional, com a manutenção de sanções e de apreensões de petroleiros. "Eles têm óleo que está preso na Venezuela. Eles não podem movê-lo por causa da nossa quarentena e porque está sancionado. Vamos tomar entre 30 e 50 milhões de barris de óleo. Vamos vendê-los no mercado, nas taxas de mercado, não nos descontos que a Venezuela está recebendo," afirmou.

De acordo com o secretário, os recursos obtidos serão controlados por Washington: "Esse dinheiro será, então, tratado de uma forma que nós vamos controlar como é distribuído, de uma forma que beneficie as pessoas venezuelanas, não a corrupção, não o regime."

A segunda fase do plano, chamada de recuperação, prevê a reabertura da economia do país às empresas estrangeiras. "O segundo passo é garantir que os americanos e outras empresas tenham acesso ao mercado venezuelano de uma forma justa," disse Rubio. Ele acrescentou que, paralelamente, os EUA pretendem incentivar um processo de reconciliação nacional, com anistia a forças de oposição, libertação de presos políticos e reconstrução da sociedade civil.

A última etapa, segundo o secretário de Estado, será a transição de poder. "E, então, a terceira fase, é claro, será a de transição," afirmou, mas uma vez sem qualquer informação adicional concreta. Rubio recusou-se a comentar sobre novas eleições, nomeação de um interventor ou a possibilidade de uma nova operação americana em território venezuelano, alegando que alguns pontos ainda

são sensíveis. O papel da oposição da Venezuela nesse cenário também não foi mencionado.

As declarações ocorreram após críticas de que Washington não teria um plano claro para a Venezuela depois da prisão de Nicolás Maduro, no último sábado (3/1). Desde então, o país tem sido governado interinamente por Delcy Rodríguez, um dos principais nomes do chavismo. Na terça-feira (6/1), Rodríguez afirmou que não havia "agente externo" governando o país.

Exigências

Em uma reunião secreta realizada na segunda-feira com importantes líderes do Congresso americano, Rubio listou algumas exigências que teriam sido feitas pelo governo Trump à gestão de Delcy. Segundo informações do *The New York Times*, os representantes dos EUA, que falaram sob condição de anonimato por não estarem autorizados a discutir o assunto publicamente, afirmaram que "espiões" e militares de Cuba, Rússia, China e Irã seriam forçados a deixar o país, enquanto alguns diplomatas teriam permissão para permanecer na Venezuela.

Horas depois das falas de Rubio, a Casa Branca reforçou a posição de que os EUA influenciam diretamente o governo venezuelano. "Os Estados Unidos trabalham com a Venezuela, a administração Trump mantém uma correspondência direta com as autoridades interinas. Suas decisões continuarão a ser ditadas por nós," declarou a porta-voz de Trump, Karoline Leavitt. Ela também afirmou que discutir um calendário eleitoral é "muito prematuro".

Para Ricardo Caichiolo, professor de relações internacionais e diretor do Ibmec Brasília, a viabilidade do plano é incerta e envolve riscos elevados, pois mesmo com avanços no enfraquecimento do núcleo do poder chavista, a governabilidade do país depende do comportamento das Forças Armadas, de lideranças regionais e do controle de grupos armados. "Além disso, a gestão externa de ativos petrolíferos já provoca questionamentos jurídicos e políticos, inclusive dentro dos EUA, o que pode prolongar a instabilidade e transformar a primeira fase prevista para estabilização em um processo mais longo do que o inicialmente previsto."

O especialista destaca que a reação internacional frente à estratégia norte-americana tende a ser fragmentada, com, de um lado, aliados ocidentais sinalizando apoio cauteloso à transição, mas demonstrando desconforto com o uso explícito de instrumentos militares; de outro lado, Rússia e China rejeitam a iniciativa, classificando-a como violação

AFP



Rubio e Trump no sábado, horas após o ataque à Venezuela: ontem, secretário de Estado falou, sem detalhes, sobre futuro do país

Entenda o plano

Primeira fase: estabilização

Isola a Venezuela no mercado internacional, com sanções e apreensões de petroleiros ligados ao país, o óleo fica preso, em quarentena. Entre 30 e 50 milhões de barris serão comercializados pelos EUA, com os recursos obtidos pela

venda sendo administrados por Washington.

Segunda fase: recuperação

Prevê a reabertura da economia venezuelana para empresas estrangeiras. Segundo Marco Rubio, nesta etapa, os EUA pretendem incentivar um

processo de reconciliação nacional, com anistia a forças de oposição, libertação de presos políticos e reconstrução da sociedade civil.

Terceira fase: transição de poder

Trata da reorganização do poder político. Marco Rubio, contudo,

não falou sobre novas eleições, evitou comentários a respeito do papel da oposição chavista e não deu qualquer prazo para as mudanças. O secretário de Estado também não citou a possibilidade de uma nova operação em território venezuelano.

Palavra de especialista

Oposição é vital

Do ponto de vista do direito internacional, a fase de transição é a mais sensível, pois envolve o reconhecimento de autoridades, a legitimidade do processo eleitoral e o respeito aos princípios democráticos. A ausência de um cronograma

claro reforça a necessidade de cautela, uma vez que transições conduzidas sem base jurídica sólida tendem a gerar instabilidade e contestação internacional. A participação da oposição aqui será vital. Em síntese, embora o plano seja apresentado como uma iniciativa para restaurar a estabilidade e a democracia na Venezuela, ele coloca em tensão princípios centrais do direito internacional, como soberania,

não intervenção e autodeterminação dos povos. Sua legitimidade jurídica dependerá, em grande medida, do grau de multilateralização do processo, do respeito às normas internacionais de direitos humanos e da efetiva devolução do protagonismo político ao povo venezuelano."

Frederico Afonso, mestre em direito internacional



As duas vítimas dos EUA: Maduro e a oposição

» RODRIGO CRAVEIRO

Horas depois de atacar a Venezuela e depor Nicolás Maduro, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, descartou entregar à ex-deputada María Corina Machado o cargo mais alto do Palácio de Miraflores. De quebra, alijou a oposição de qualquer influência nos processos decisórios. Edmundo González Urrutía, o ex-diplomata que reivindicou a vitória nas eleições presidenciais de 28 de julho de 2014, fugiu para Madri. Outras lideranças opositoras, como o ex-prefeito de Caracas Antônio Ledezma; o advogado Leopoldo López; e o presidente autodeclarado da Venezuela, Juan Guaidó; viram-se forçados ao exílio.

Para Trump, a ascensão de María Corina ao governo aumenta o risco de uma guerra civil no país sul-americano, ante a justificativa de que a opositora não conta com amplo apoio popular. "Seria muito difícil para ela liderar o país," declarou o republicano. "Não

inspira respeito", avaliou. Em várias ocasiões, a ex-deputada e Edmundo González apelaram, em vão, à Força Armada Nacional Bolivariana (FANB) para que se rebelasse contra o regime chavista.

Nos últimos anos, com a escalada repressiva de Maduro, a oposição venezuelana fragmentou-se. "Na Venezuela, não existe uma oposição, mas uma maioria democrática que ganhou as eleições em 2014. A maioria da população segue contra o chavismo e contra Maduro. O que existe é um deslocamento no tempo, à espera de uma situação de maior estabilidade para entrar no processo político de transição," explicou ao *Correio* José Vicente Carrasquero Auñamite, professor de ciência política da Universidade Simón Bolívar (USB), em Caracas. "Acredito que essa maioria democrática pode começar a se organizar para o processo de assunção ao poder."

Duro golpe

A venezuelana María Isabel

direto dos EUA, agora com uma formulação que não prevê somente a contenção de potências extracontinentais, mas que também autoriza a adoção de ações unilaterais em nome da segurança, da energia e da estabilidade política hemisférica."

No cenário político interno, a oposição venezuelana contesta a legitimidade do governo interino. A líder opositora María Corina Machado, vencedora do Nobel da Paz no ano passado, defende que Edmundo González, de

candidato oposicionista, deveria assumir o poder. Para a oposição ao chavismo, González foi o vencedor real das últimas eleições, e só não foi alcance ao poder no país por fraudes generalizadas patrocinadas pelo regime.



Ascensão de María Corina Machado foi considerada um risco

Maria Corina. "Os outros nomes da oposição têm menos possibilidades. Além da falta de reconhecimento do governo Trump de que a oposição está ausente na Venezuela, uma vez que seus membros vivem no exílio."

Por sua vez, Imdat Oner — ex-diplomata turco que residiu em Caracas entre 2014 e 2016 e analista político da Universidade Internacional da Flórida — reconhece que a oposição foi

claramente relegada ao segundo plano. "A saída de Maduro não se traduziu em uma passagem de poder para as forças democráticas. Pelo contrário, o controle permaneceu dentro do aparato do Estado e da segurança, agora encabeçado por Delcy Rodríguez. O que vemos é uma transição gerida a partir do interior do regime e não liderada por figuras opositoras que reclamam legitimidade democrática," afirmou à reportagem.

Arquivo pessoal



Eu acho...

"Sob a perspectiva de Trump, a prioridade parece ter sido a estabilidade e o controle, mais do que uma transferência imediata de poder a uma oposição fragmentada e sem capacidade real de coerção sobre o terreno. Esse cálculo acabou por afastar a oposição do centro do processo decisório, embora ela não tenha sido formalmente excluída."

IMDAT ONER, ex-diplomata turco que residiu em Caracas entre 2014 e 2016 e analista político da Universidade Internacional da Flórida